

Nova regra fiscal prevê gastos e receitas maiores

Nova regra fiscal prevê crescimento real da despesa limitado ao avanço da arrecadação e piso para aporte de recursos. Previsão é zerar déficit público em 2024 e estabilizar dívida

# Âncora preserva investimento e limita alta de gasto à receita

IDIANA TOMAZELLI, THIAGO RESENDE E ALEXA SALOMÃO

Aposta da equipe econômica para ganhar a confiança de investidores, o novo arcabouço fiscal proposto pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assegura um crescimento real das despesas (acima da inflação) em todos os anos, cria um piso para investimentos públicos e conta com o êxito de uma série de medidas do lado da arrecadação para conseguir entregar a promessa melhorada nas contas públicas. O desenho mantém o princípio de um limite para gastos, mas em formato mais flexível. O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% a 2,5%. Esses serão o piso e o limite máximo de alta real dos gastos sob a nova regra.

Os investimentos, por sua vez, ganham uma blindagem contra cortes e podem ser ampliados de forma extraordinária, fora do limite de despesas, caso o ingresso de receitas supere as melhores expectativas do governo. A previsão é de um patamar mínimo para aplicação em investimentos atenda a uma preocupação política do PT de que esses gastos não sejam comprometidos ao longo do tempo. O desenho foi anunciado em entrevista coletiva ontem pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (por técnicos do Ministério da Fazenda).

O governo propõe uma regra fiscal em que o crescimento real das despesas federais seja limitado a 70% do avanço da receita primária líquida observado nos 12 meses até junho do ano anterior — da-

“**66** Estamos tranquilos e convictos de que conseguiremos atingir a meta, diminuir as despesas dentro do possível, mas esse não é o foco principal, o foco principal é gastar com qualidade”

■ Simone Tebet, ministro do Planejamento e Orçamento



“**66** Não vejo nenhuma razão para alguém duvidar da capacidade de a economia brasileira produzir os melhores resultados daqui para frente”

■ Fernando Haddad, ministro da Fazenda

disponível no momento da elaboração do Orçamento, apresentado em agosto de cada ano. O princípio central da regra é permitir o aumento das despesas, mas em ritmo menor do que a alta da arrecadação. Essa combinação é considerada crucial para zerar o déficit, melhorar a situação das contas e estabilizar a trajetória da dívida pública nos próximos anos.

Além disso, o arcabouço estipula uma meta de resultado primário anual, mas com um intervalo de tolerância para cima e para baixo — a exemplo do sistema de metas para inflação. O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas. Hoje, há uma meta única, definida anualmente. A ideia da banda de flutuação é dar maior flexibilidade ao gestor caso as previsões de receitas sejam frustradas, evitando cortes repentinos que poderiam paralisar a máquina pública.

A princípio, a proposta prevê

zerar o déficit primário em 2024, passando para superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2025, e saldo positivo de 1% do PIB, em 2026 em um dos cenários apresentados. No segundo cenário alternativo, as previsões para o resultado primário do governo federal passam para -0,25% do PIB, em 2024, 0,5% do PIB, em 2025, e 1% do PIB em 2026. Em ambos os cenários as previsões para a dívida pública bruta do governo geral não chega a 80% do PIB em 2026, sendo 76,54%, no primeiro, e 77,3%, no segundo.

O resultado primário acima do teto da banda permite utilização do excedente para investimentos. Se os esforços do governo de aumento de receitas e redução de despesas resultarem em primário abaixo da banda, obriga redução do crescimento de despesas para 50% do crescimento da receita no exercício seguinte, mostra o documento divulgado aos jornalistas. A

redução dessa proporção, porém, é a única sanção prevista no desenho até o momento. O governo ainda estuda se vai incluir no projeto de lei medidas específicas de ajuste que deverão ser adotadas pelo governo para ajudar na contenção de gastos.

**SEM IMPOSTOS** Logo na abertura, Haddad afirmou que a fórmula proposta pelo governo não é uma “bola de prata” para resolver a situação das contas públicas e adiantou que haverá um novo pacote com medidas para ampliar a arrecadação do governo em até R\$ 150 bilhões. “Isso aqui (regra fiscal) não é uma bola de prata que resolve tudo. É o começo de uma longa jornada. Mas esse é o plano de hoje”, disse. Na coletiva, o ministro afirmou que o governo atuará para recompor a base tributária, que garante a arrecadação do governo, mas negou que isso vá repre-

sentar um aumento da carga sobre os contribuintes. “Se aumento de carga tributária se entende aumento de ou de alíquotas, isso não está no nosso horizonte. Não estamos pensando em recriar a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Não estamos pensando em acabar com o Simples. E não pensamos em reestruturação da folha de pagamentos”, garantiu Haddad.

“Defende a maior cobrança sobre aqueles que hoje quase não pagam imposto. Essa regra não vai ser impeditivo para que se cumpra aquilo convencionado pela sociedade. Apenas o que foi convencionado tem que ter a contrapartida dos setores mais abastados”, disse o ministro. Segundo ele, é preciso reverter a “tendência patrimonialista de apropriação do Estado”, Tebet reconheceu que o foco principal da nova regra não é diminuir despesas, mas sim ampliar a qualidade dos gastos. “Estamos tranquilos e con-

víctos de que conseguiremos atingir a meta, diminuir as despesas dentro do possível, mas esse não é o foco principal, o foco principal é gastar com qualidade”, disse.

**NO CONGRESSO** Na entrevista, Haddad disse que a minuta começa a ser redigida agora que Lula validou a proposta, e a previsão é de o documento fechado no Ministério da Fazenda ao longo do fim de semana. A expectativa é apresentar o texto oficialmente ao Congresso na semana que vem. Com o texto protocolado, o governo poderá incorporar as novas regras à proposta de LPO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, a ser enviada até 15 de abril. “Não vejo nenhuma razão para alguém duvidar da capacidade de a economia brasileira produzir os melhores resultados daqui para frente”, disse o ministro da Fazenda. “A partir de hoje, está claro o que vamos perseguir.” (Folhapress)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3